

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA

CURSO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ARQUIMEDES CARNEIRO SOUZA**

CORRUPÇÃO: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO, E MECANISMOS DE CONTROLE.

**CARUARU**

**2017**

---

---

**ARQUIMEDES CARNEIRO SOUZA**

**CORRUPÇÃO: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO, E MECANISMOS DE CONTROLE.**

Trabalho apresentado como requisito indispensável para a graduação em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

**CARUARU**

**2017**

---

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

S729c Souza, Arquimedes Carneiro.  
Corrupção : impactos no desenvolvimento e crescimento econômico, e mecanismos de controle. / Arquimedes Carneiro Souza. – 2017.  
46f. ; il. : 30 cm.

Orientador: André Luíz de Miranda Martins.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.  
Inclui Referências.

1. Corrupção. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política. I. Martins, André Luíz de Miranda (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2017-297)

ARQUIMEDES CARNEIRO SOUZA

**CORRUPÇÃO: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO, E  
MECANISMOS DE CONTROLE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau/título de bacharel/licenciado em 2017.

Aprovado em: 08 / 12 / 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Orientador)  
NG/CAA/UFPE

---

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)  
NG/CAA/UFPE

---

Prof. Msc. Artur Gilberto Garcéa Rocha (Examinador Externo)  
(Fac. Ciências Humanas – ESUDA)

## LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - Os 10 agentes públicos com maior possibilidade de ser corruptos.....	14
TABELA 2 - Vantagens indevidas que os funcionários públicos oferecem.....	14
TABELA 3 - Composição dos Deputados Federais do Congresso Nacional/Eleições 2014...15	
TABELA 4- Os impostos mais sujeitos a atos ilícitos.....	16
TABELA 5- Dias necessários para se abrir uma empresa.....	18
TABELA 6- Horas necessárias por ano para o pagamento de todos os impostos.....	18
TABELA 7- Data de fundação das Empreiteiras.....	21
TABELA 8- Ranking Mundial do Índice de Percepção da Corrupção.....	23
TABELA 9- Exportação Brasileira por fator agregado 1997-2016.....	33
TABELA 10 - Importação Brasileira por fator agregado 1997-2016.....	34
TABELA 11 - Exportação Brasileira / Produto por fator agregado 2015.....	35
TABELA 12- Importação Brasileira / Produto por fator agregado 2015.....	35
TABELA 13- Balança Comercial Brasileira 1997-2016.....	36
TABELA 14- Estimativa de Desonerações 2010-2015.....	37
TABELA 15- PIB / PIB Per Capita.....	39
TABELA 16- Carga Tributária Bruta.....	39
TABELA 17- Resultado Primário do Governo Central 2008-ago2017.....	40

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAA	- Centro Acadêmico do Agreste
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
DRU	- Desvinculação das Receitas da União
FGTS	- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPC	- Índice de Percepção da Corrupção
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	- Imposto de Renda
ISS	- Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza
JK	- Juscelino Kubitschek
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	- Organização das Nações Unidas
Pasep	- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEC	- Proposta de Emenda à Constituição
PIB	- Produto Interno Bruto
PIS	- Programa de Integração Social
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco

## RESUMO

A corrupção é um dos principais obstáculos para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação. Além de impedir o bom uso do dinheiro público, a corrupção afeta as decisões de investimento, gera instabilidade política e incerteza com relação a credibilidade dos compromissos governamentais, comprometendo a competitividade, aumentando o custo do investimento produtivo e conseqüentemente limitando o crescimento econômico. As falhas no sistema político no Brasil, como o processo eleitoral, os financiamentos de campanha e a nomeação de pessoas para cargos públicos por parte dos políticos, aliada a insuficiência e a inoperância do poder judiciário contribuem para a disseminação dessa prática que faz o Brasil ocupar atualmente a 79ª posição no ranking do Índice de Percepção da Corrupção (IPC).

**Palavras- chaves:** corrupção. desenvolvimento econômico. crescimento. percepção.

---

## **ABSTRACT**

Corruption is one of the major obstacles to the growth and economic development of a nation. In addition to preventing good use of public money, corruption affects investment decisions, generates political instability and uncertainty regarding the credibility of government commitments, compromising competitiveness, increasing the cost of productive investment and consequently limiting economic growth. The flaws in the political system in Brazil, such as the electoral process, campaign financing and the appointment of people to public office by politicians, coupled with the insufficiency and inefficiency of the judiciary, contribute to the dissemination of this practice that makes Brazil occupy currently ranked 79<sup>th</sup> in the Corruption Perceptions Index (IPC).

**Keywords:** corruption. economic development. growth. perception.

---

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. Objetivo.....	10
2. CAPÍTULO 1: Desenvolvimento.....	11
2.1. Definição de Corrupção (Conceito).....	11
2.1.1. Causas da Corrupção.....	13
2.1.2. Consequências da Corrupção.....	17
3. CAPÍTULO 2: Origem da corrupção no Brasil.....	20
3.1. Histórico de corrupção no Brasil.....	20
4. CAPÍTULO 3: Percepção da Corrupção.....	23
4.1. Sistema Político no Brasil.....	24
4.1.1. Financiamentos de Campanha.....	26
4.1.2. Tribunais de Contas.....	28
5. CAPÍTULO 4: Sintomas da corrupção no desenvolvimento do país.....	31
5.1. Atual cenário político e econômico.....	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6.1. Conclusão.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

## 1. INTRODUÇÃO

A corrupção é um fenômeno que está presente em todos os países do mundo, porém, em uns, a incidência da prática corrupta é maior e em outros, menor. No entanto, o que se pode concluir é que a corrupção gera consequências negativas tanto para a economia, quanto para a sociedade.

Para entender a corrupção, inicialmente foi abordado o seu conceito, que em geral está relacionado a um ato ilegal da simples troca de dinheiro por favores. Na sequência, observaram-se as causas da corrupção, para mostrar como nasce a corrupção – através da burocracia e intervenção do estado, onde a impunidade serve como combustível para essa prática – e as consequências da corrupção, que cria instabilidade política, desestimula os investimentos e gera malefícios a sociedade de todas as formas.

Após os conceitos, elaborou-se uma breve abordagem da origem da corrupção no Brasil, que acompanha o país desde o período colonial, ganhando destaque a partir do governo de Juscelino Kubitschek com o plano de Metas e o superfaturamento das obras, passando pela ditadura militar e as ausências de informações, pelas privatizações do governo FHC, até chegar a uma análise dos dias atuais.

Com base nas informações iniciais, foram analisadas as falhas estruturais que contribuem para a prática da corrupção no país, dando destaque ao sistema político e eleitoral brasileiro e aos financiamentos de campanha, que estimulam o caixa dois, irregularidades em licitações e o superfaturamento de obras públicas lesando o erário.

Por fim, para compreender e poder analisar os mecanismos de prevenção e combate a corrupção, foi feito um estudo dos sintomas da corrupção no desenvolvimento do país, analisando também o atual cenário político e econômico.

## 1.1. Objetivo

O Brasil sofre com a corrupção desde o período colonial, em que perdeu grande parte de suas riquezas para satisfazer os interesses particulares de alguns grupos ou pessoas. Hoje, a corrupção está entranhada na forma de governança do país, subtraindo a possibilidade de um bem estar econômico e social da população, impedindo uma continuidade do processo de crescimento da economia. Além de haver vários tipos e formas de corrupção, as consequências para a sociedade quase sempre são as mesmas, causando mortes, insatisfação, desconfiança, ignorância, analfabetismo, pois a prática impede que o dinheiro público, que tem como obrigação ser usado exclusivamente em prol da sociedade, chegue na saúde, educação, transporte, segurança, causando um abalo em todas as áreas do serviço público.

A corrupção causa uma bola de neve econômica que prejudica a sociedade em diversos níveis. Este trabalho além de mostrar a realidade da administração pública de todo o país, que é cercada de muitas falhas, corrupção, e impunidade, tem como objetivo apresentar os efeitos da corrupção no Brasil para o desenvolvimento econômico. E consequentemente encontrar e apontar os caminhos que a sociedade deve seguir para combater esse mal que impede o desenvolvimento do nosso país, diminuindo a qualidade de vida do cidadão que mais necessita do Estado e que acaba atrasando e muito o crescimento da nossa nação.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. – Definição de corrupção (Conceito)

Etimologicamente, o termo corrupção vem do verbo latino “*rumpere*”, equivalente a romper, que significa a quebra de algo. Segundo Tanzi (1998, p.559-560), este algo pode ser um código de conduta moral, social ou ainda uma regra administrativa, onde para haver quebra de uma regra administrativa, ela deve ser precisa e transparente. Segundo Tanzi (1998, p.564), a definição mais usada e simples do que venha a ser corrupção, é aquela empregada pelo Banco Mundial, segundo a qual, “a corrupção é o uso do poder público para obter benefícios privados”. Além disso, é necessário que o funcionário corrupto consiga algum tipo de benefício para si próprio, sua família, seus amigos ou sua tribo. Tal benefício deve ser visto como uma compensação do ato específico de corrupção.

Em geral, a corrupção está relacionada a um ato ilegal da simples troca de dinheiro por favores. O vocábulo “*corrumpere*” significa deterioração, depravação, alteração, estando substancialmente ligada a ineficiência e má qualidade de alguma coisa. Portanto, fazer com que a administração pública seja ineficiente e de má qualidade, é o mesmo que contribuir ou praticar corrupção. A corrupção na sua origem advém de diversos fatores, podem ser eles, econômicos, institucionais, políticos, sociais ou históricos, podendo possuir manifestações diversas de natureza privada, pública e social. Essas características fazem da corrupção, uma matéria a ser estudada desde a sociologia, a psicologia, a economia, a criminologia e a ética até o Direito.

Do ponto de vista econômico, a corrupção é mais do que apenas uma mania cultural, ela é uma prática de arranjos institucionais imperfeitos que permitiriam a existência de incentivos aos agentes políticos para empreenderem práticas corruptas. Para Rose Ackerman, a corrupção depende, para a abordagem econômica, do modo como as instituições permitem a ação discricionária dos agentes políticos, ou seja, comportamento que viola leis e regras administrativas permitindo o uso de recursos públicos para a satisfação de interesses privados. Os pagamentos aos funcionários públicos ou agentes governamentais envolveriam corrupção quando eles são feitos de modo ilegal com o objetivo de obter um benefício ou evitar um custo, sendo que tais pagamentos não constituem simples transferências, pois afetam o

comportamento tanto dos pagadores como dos receptores dos benefícios derivados da corrupção.

Para Friedrich, os indivíduos agem de forma corrupta quando eles são garantidos de poder pela sociedade para cumprir certas tarefas públicas, mas devido sua influência nos processos administrativos e conseqüentemente os ganhos pessoais derivados de ações corruptas, tais ações reduzem o bem-estar social ou causam um malefício ao interesse público.

A corrupção centrada no mercado sugere o suborno como prática mais comum, permitindo que alguns grupos de interesse consigam articulação e representação no processo político. Nesses termos, a corrupção é definida como uma instituição extralegal, utilizada por indivíduos ou grupos mal intencionados para garantir prioridade nas ações burocráticas que cercam o governo.

A corrupção no âmbito do interesse público estritamente ligado a fundamentos ético-morais, sendo observado o comportamento do indivíduo. A luz dessa ótica, a corrupção então é definida como o padrão de comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto (Friedrich, 1966). Por trás do comportamento desviante, está uma motivação particular, que é o ganho privado, o que torna o comportamento como sendo um ato corrupto. Nessa lógica, a corrupção está no desvio de finalidade do comportamento, que visa o interesse particular ao invés do interesse público. Porém, Johnston (1982) argumenta que, para o interesse público os fins da ação política podem justificar os meios, como, por exemplo, o crime ou o assassinato em nome da segurança nacional.

A corrupção centrada na lei e em outras regulamentações é definida como a prática de violação do dever ou obrigação por meios impróprios. Nesse caso, o corrupto é aquele que aceita quaisquer tipos de vantagens para fazer o que é seu dever fazer, porém, favorecendo o interesse do corruptor, caracterizando no desvio de finalidade do agente público. Da definição centrada em regulamentações, para Nye (1967) “corrupção é o comportamento que se desvia dos deveres formais de um cargo público em razão de vantagens pecuniárias ou de status oferecidas a seu titular, familiares ou amigos íntimos; ou que violam normas que impedem o exercício de certas modalidades de influência do interesse de particulares, tais como: a) suborno (uso de recompensa para perverter o julgamento do ocupante de um cargo público); b) nepotismo (concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato); e c) peculato (apropriação ilegal de recursos públicos para uso particular)”.

Por fim, a corrupção centrada na opinião pública tem como definição basicamente as variedades de transações de troca, em que dependendo da técnica empregada, as transações criam vários graus de especificidade de obrigações entre as partes.

### **2.1.1. – Causas da Corrupção**

Para se poder combater a corrupção, é necessário primeiramente entender quais são as causas que levam as pessoas a praticarem tais atos ilícitos. Uma das principais causas de corrupção está atribuída a excessiva intervenção estatal na economia, onde se permite oportunidades para a atividade corrupta no setor público. Paolo Mauro (1996) e Vito Tanzi (1994, p.24) argumentam que a corrupção está relacionada ao grau de intervenção governamental na economia, principalmente no caso em que há uma excessiva regulamentação econômica. Ou seja, quanto mais o Estado intervir na economia, maior será a regulamentação, e maior o poder discricionário de burocratas e políticos, permitindo a prática de atos ilícitos para burlar o sistema.

A burocracia, então, serve como combustível para a prática de corrupção e para o surgimento de mercados paralelos, pois à medida que uma restrição é imposta, surgirão cada vez mais atos ilícitos para burlar tal restrição. Por exemplo, se o Estado não cobrasse imposto de importação, não haveria contrabando, e não havendo contrabando, não haveria auxílio de autoridades a contrabandistas. O mesmo se diz para as necessidades de vistorias em determinada obra pública ou para o funcionamento de algum estabelecimento. Se não houvesse tais necessidades, então, não haveria motivos para que o empresário corrompa o servidor, ou que o servidor exija vantagens do empresário. Ou seja, com o aumento da burocracia, a prática de corrupção se torna maior, pois se é possível diminuir custos por meios ilegais, ainda que sejam imorais e antiéticos, o indivíduo está propenso a cometer esses atos. Quando a corrupção se torna algo lucrativo, ela passa a existir em maior número.

Muitas vezes, a prática de corrupção desencadeia em vários outros delitos necessários para acobertar o primeiro ato ilícito. A lavagem de dinheiro é uma manobra que serve para dar legalidade a um dinheiro que é de origem ilícita. Ou seja, o crime de corrupção acaba sendo praticado sistematicamente por aqueles que o cometem.

**Tabela 1** – Os 10 agentes públicos com maior possibilidade de ser corruptos.

<b>Os agentes públicos com maior possibilidade de ser corruptos, segundo as empresas consultadas</b>	
1 <sup>a</sup>	Policiais
2 <sup>a</sup>	Fiscais tributários
3 <sup>a</sup>	Funcionários ligados a licenças
4 <sup>a</sup>	Parlamentares
5 <sup>a</sup>	Funcionários ligados a licitações
6 <sup>a</sup>	Agentes alfandegários
7 <sup>a</sup>	Fiscais técnicos
8 <sup>a</sup>	Primeiro escalão do Executivo
9 <sup>a</sup>	Funcionários de bancos oficiais
10 <sup>a</sup>	Juizes

**Fonte:** Kroll/Transparência Brasil

**Tabela 2** – Vantagens indevidas que os funcionários públicos oferecem.

<b>O que os funcionários públicos oferecem</b>	
Relaxar a inspeção	72%
Suspender ameaças	49%
Ignorar fraudes	46%
Ignorar valores não declarados	44%
Aconselhamento	31%
Cancelamento de Multas	23%
Isenção de impostos e taxas	5%
<b>O que os corruptos pedem além de dinheiro</b>	
Presentes e Mordomias	74%
Contribuição para campanhas eleitorais	53%
Emprego	47%

**Fonte:** Kroll/Transparência Brasil

Como a corrupção está vinculada ao exercício do poder, uma das principais causas de corrupção é o sistema eleitoral brasileiro, que permite que um sujeito possa se eternizar como representante de um partido, de um estado ou de um município. No Brasil, existem diversos casos de políticos que se reelegem por décadas, fato que contribui para proporcionar atos de corrupção.

**Tabela 3 – Composição dos Deputados Federais do Congresso Nacional / Eleições 2014.**

<b>Composição do Congresso Nacional</b>			
<b>Eleições 2014</b>			
<b>Partido</b>	<b>Bancada Atual</b>	<b>Reeleitos</b>	<b>%Reeleitos</b>
PT	70	48	69%
PMDB	66	38	58%
PSDB	54	28	52%
PSDB	37	23	62%
PP	36	25	69%
PSB	34	15	44%
PR	34	20	59%
PTB	25	17	68%
DEM	22	15	68%
PRB	21	7	33%
PDT	19	11	58%
SD	15	11	73%
PSC	12	6	50%
PROS	11	8	73%
PPS	10	5	50%
PC do B	10	6	60%
PV	8	3	38%
PSOL	5	3	60%
PHS	5		0%
PTN	4		0%
PRP	3		0%
PMN	3		0%
PEN	2		0%
PSDC	2		0%
PTC	2		0%
PT do B	1	1	100%
PSL	1		0%
PRTB	1		0%
<b>TOTAIS</b>	<b>513</b>	<b>290</b>	<b>57%</b>
	<b>TOTAIS</b>	<b>%</b>	
	<b>Reeleitos</b>	<b>290</b>	<b>57%</b>
	<b>De outras Legislaturas</b>	<b>25</b>	<b>5%</b>
	<b>Novos</b>	<b>198</b>	<b>39%</b>
<b>Fonte: Tribunal Superior Eleitoral</b>			

Vito Tanzi (1998, p. 562-563) observou que os recentes processos de privatização podem ser uma fonte de corrupção na medida em que empresas privadas destinem recursos

para terem seus nomes incluídos na lista de pretendentes ou de restringir o número de competidores potenciais nos leilões de privatização.

Recentemente em 2016, o governo Temer anunciou um plano de concessão e privatização em que participarão setores como: aeroportos, rodovias, portos, ferrovia, petróleo, energia e mineração. O planalto disse que o objetivo do plano, é aumentar a arrecadação da União, aquecer a economia e gerar empregos. Porém, o investidor que quiser participar, terá que entrar com apenas 20% do capital, e o governo entrará com financiamentos através do FGTS, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e bancos privados, a uma taxa de juros baixa de longo prazo. Ou seja, a privatização significa que o governo está atendendo a interesses privados, e para isso o governo se disponibiliza a investir 80% do nosso dinheiro a juros mínimos para que empresários possam ter elementos essenciais da infraestrutura brasileira sem risco algum?

Privatização é quando o capital privado tem interesse, compra, e assume o risco para ganhar ou perder. Nesse caso não existe privatização, e sim o aprisionamento do interesse público por um grupo privado, ou seja, é uma particularização do estado para interesse privado, mantendo o estado. Esse é um tipo de modelo que assim como as privatizações tucanas do segundo governo FHC, contribuem bastante para a prática de corrupção, já que com tantos benefícios e sem o menor risco, toda e qualquer empresa fará o possível e o impossível, cometendo atos lícitos e ilícitos para ter o privilégio de absorver parte da infraestrutura brasileira.

**Tabela 4** – Os impostos mais sujeitos a atos ilícitos.

<b>Os impostos mais sujeitos a maracutaiais (porcentagem de empresas que receberam pedidos de propina)</b>	
ICMS	64%
ISS	41%
Trabalhistas	38%
IR,PIS,Pasep	31%
IPTU	23%
Outros	36%
<b>48% das empresas brasileiras que participam de licitações oficiais para obras ou compras receberam pedidos de propina</b>	
<b>31% das empresas que dependem de licenças e alvarás oficiais receberam pedidos para pagar por fora</b>	
<b>Fonte: Kroll/Transparência Brasil</b>	

A impunidade é sem dúvida uma das causas mais diretas da corrupção. Como quase sempre os corruptores acabam impunes, ter como certo, a baixa probabilidade de responder pelo ato delituoso praticado, é como um convite ao crime. A prática de corrupção, então, é um crime praticado de forma premeditada. O corrupto analisa as chances de; descobrirem seu envolvimento no crime, se descobrir; for denunciado, se denunciado; for investigado, se investigado; for julgado, se julgado; for condenado, se condenado; for preso. Como as vantagens de praticar um ato corrupto são muitas e lucrativas diante da baixíssima probabilidade de ser preso, a corrupção se torna mais freqüente.

### **2.1.2. – Consequências da Corrupção**

À medida que a corrupção vai se tornando uma prática corriqueira em toda a sociedade, os problemas para a economia vão ficando cada vez mais graves e freqüentes. Na prática, a corrupção acaba sendo um grande problema do ponto de vista econômico, pois criam-se obstáculos burocráticos com o objetivo de se obter suborno. Ou seja, ao invés do Estado atuar no sentido de apoiar a indústria, a produção e o consumo, agilizando e facilitando todo o processo, ele serve como entrave a eficiência econômica, reduzindo o crescimento econômico e atrasando o seu desenvolvimento.

A burocracia da estrutura brasileira faz com que uma empresa gaste em média 2600 horas por ano para poder administrar o pagamento de impostos e cumprir outras obrigações tributárias, quase dez vezes a média dos 189 países pesquisados no estudo Paying taxes 2014, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Tabela 5** – Dias necessários para se abrir uma empresa.



**Tabela 6** – Horas necessárias por ano para o pagamento de todos os impostos.



Para Krueger (1974), a corrupção e outras formas de atividade ilegal minam a legitimidade do governo e, portanto, reduzem a sua capacidade de manter a lei e os contratos de outros serviços, tais como a justiça, que são fundamentais para o funcionamento das atividades econômicas.

Isso faz com que a prática da corrupção gere um ambiente de fragilidade no governo para manter a ordem e a lei, desestimulando assim muitos investimentos privados, o que por consequência reduz o crescimento econômico. Ou seja, a corrupção cria uma certa instabilidade política, que é prejudicial para atrair capital estrangeiro, pois os empresários

estarão diante de uma grande incerteza com relação à credibilidade dos compromissos governamentais. Diante de um cenário como esse, de instabilidade política e incerteza, a única solução para tentar atrair algum investimento estrangeiro é aumentar a taxa de juros, que por sua vez desestimula o consumo e conseqüentemente faz diminuir a produção, desacelerando a economia.

Tanzi e Davoodi (1998) assumiram que a corrupção está diretamente relacionada aos grandes projetos de obras públicas (hidroelétricas, compra de equipamentos militares, construção de portos, aeroportos, rodovias, túneis, etc.) e as dificuldades de monitoramento dos mesmos.

Isso faz com que haja um aumento na participação dos investimentos públicos no PIB, pois a corrupção induz a um aumento no número, tamanho e complexidade dos projetos. É por meio dessas obras públicas que são feitos os chamados “aditivos” que servem para encarecer a obra e geralmente acabam tornando-as superfaturadas. Com o aumento dos investimentos públicos relacionado a essas obras, poderá haver a redução do investimento em outras categorias de gasto público, tais como a educação, saúde e segurança, devido a possíveis restrições orçamentárias. Como consequência disso, haverá então a redução da taxa de crescimento econômico.

### **3. – Origem da Corrupção no Brasil**

A prática de corrupção não começou no país a partir do momento que o Brasil se tornou República, segundo a historiadora Denise Moura, essa prática chegou junto com as caravelas portuguesas.

A partir do momento que a coroa portuguesa tomou ciência das terras brasileiras conquistadas, ela não queria abrir mão do Brasil, mas também não estava interessada em viver aqui, tendo delegado a outras pessoas a função de ocupar a terra e de organizar instituições. Para convencer os portugueses a atravessar o oceano, a coroa oferecia vantagens, inclusive a de trabalhar aqui sem vigilância alguma dada a enorme extensão territorial que o Brasil possui e que impossibilitava a fiscalização, criando um clima propício à corrupção, em que o poder e a pessoa se confundiam e eram vistos como uma coisa só.

No Brasil colônia, assim como hoje, a corrupção atingia diversos níveis do funcionalismo público, desde o governador ao funcionário mais baixo da câmara, pois para eles o que interessa era voltar a Portugal com dinheiro. A corrupção então tomou conta das instituições políticas do litoral, e a situação era ainda mais grave na colonização de regiões como Minas Gerais e o Sul do país, onde a coroa portuguesa na tentativa de garantir a soberania do império sob os nativos locais, incentivava os fidalgos-desbravadores a colonizar o interior dando permissão para que mandasse e fizessem o que queriam por lá. Na época, a escravidão era a única relação de trabalho existente, o trabalho livre não tinha qualquer tipo de norma para regê-lo, tornando o ambiente vulnerável para o desenvolvimento e a consolidação da prática de corrupção no país.

#### **3.1. – Histórico de Corrupção no Brasil**

A corrupção não é algo recente no Brasil, suas práticas acontecem desde o período colonial, época em que não existia a mínima fiscalização, tornando o ambiente vulnerável para a proliferação da corrupção. Porém, foi no Brasil República, especificamente a partir do governo JK, que a corrupção virou uma forma mais organizada e se expandiu.

O Plano de Metas, que previa um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial, permitiu a prática do superfaturamento no país, propiciando

lucros exagerados às empreiteiras. A construção de Brasília, fundada em 1961, foi um marco para a história das construtoras, que a partir daí se uniram e se organizaram politicamente, participando do planejamento da tomada de poder dos militares e das políticas públicas do país.

**Tabela 7** – Data de fundação das Empreiteiras.

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1939</b> Camargo Corrêa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1944</b> Odebrecht</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1948</b> Andrade Gutierrez</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1953</b> Mendes Júnior</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1953</b> Queiroz Galvão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1965</b> Engevix</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1974</b> UTC Engenharia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1976</b> OAS</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>1996</b> Galvão Engenharia</li> </ul>	

Fonte: Wikipédia

Com a chegada dos militares no poder, as empreiteiras passaram a ganhar contratos cada vez mais volumosos do governo. Além da ditadura militar ocultar ações do governo, o volume de investimentos em obras públicas era muito maior. Entre as diversas obras superfaturadas no período militar, há casos emblemáticos como a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica binacional de Itaipu e as hidrelétricas de Água Vermelha e de Tucuruí, e a Transamazônica.

Com a volta da democracia em 1985, os casos de corrupção não paravam de crescer. Diante disso, através da constituição de 1988 foi criada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), com o objetivo de investigar as denúncias de irregularidade e corrupção na administração pública. O primeiro presidente eleito pelo povo após o processo de redemocratização, Fernando Collor de Melo, veio com a promessa de combater a corrupção, porém, o que se viu foi um dos casos mais famosos de corrupção da história recente.

O empresário Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor e um de seus braços direitos no governo, foi acusado de ter montado uma rede de tráfico de

influência e corrupção, loteando cargos públicos e propina que beneficiava o alto escalão do governo e o próprio presidente, agindo como intermediário de negócios entre o empresariado e o governo, e arrecadando dinheiro por meio de caixa 2 para o pagamento de contas pessoais do então presidente Fernando Collor, tais ações culminaram na impugnação de seu mandato.

Fernando Henrique Cardoso assume a presidência com a posição clara de intervenção mínima na economia, para isso vende as estatais para a iniciativa privada, as chamadas privatizações. Tal medida adotada por FHC além de servir como ajuste de gastos do governo, tende a diminuir as possibilidades de prática de corrupção, já que com a privatização, os poderes discricionários da burocracia irão diminuir. Porém, a forma como as privatizações foram feitas criaram várias ineficiências para a economia, já que o processo de privatização teve privilégios e custos baixos, favorecendo a iniciativa privada e gerando monopólios e concentração de renda.

Hoje, todos os indícios apontam que a corrupção não aumentou. O que existe hoje é uma série de mecanismos de fiscalização que investiga, apura e expõe mais a corrupção, algo que não havia antes, pois tudo era limitado.

## 4. - Percepção da Corrupção

O Banco Mundial estima que por ano, são gastos mais de U\$\$1 trilhão só em subornos ao redor do mundo. Porém, como a corrupção baseia-se, em geral, em atividades ilegais que são deliberadamente escondidas, essa é só uma estimativa, já que é impossível saber com precisão o real fluxo de recursos que vai para a corrupção. Para isso, a Transparência Internacional criou o chamado Índice de Percepção da Corrupção que é feito anualmente com base em pesquisas de organizações, como o próprio Banco Mundial, e entrevistas com diversos grupos de jornalistas a diplomatas com o objetivo de avaliar e classificar os países com base na percepção da dimensão da corrupção do setor público de um país. O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) é o indicador de corrupção mais utilizado em todo o mundo.

**Tabela 8 – Ranking Mundial do Índice de Percepção da Corrupção.**



Fonte: [www.transparency.org/cpi](http://www.transparency.org/cpi)

A pesquisa é feita e os países são pontuados de zero (altamente corrupto) a 100 (completamente íntegro). O Brasil aparece hoje na 79ª posição com 40 pontos ao lado de China e Índia. Ainda que seja possível detectar uma clara correlação de pobreza e corrupção no índice, ela não é absoluta, visto que o Uruguai (71 pontos) supera a França (69 pontos),

enquanto que Chile (66 pontos) e Israel (64 pontos) superam e muito Coréia do Sul (53 pontos) e Itália (47 pontos).

Outra conclusão que se pode fazer a respeito do índice é a constatação de que ideologia ou presença do Estado na economia não apresenta nenhuma relação direta com a corrupção. O índice mostra boas pontuações tanto para o Reino Unido (81 pontos) considerado o berço do liberalismo, quanto para todos os países Nórdicos, conhecidos pela forte presença do Estado e alta carga tributária. É justamente essa alta carga tributária, onde na Dinamarca e Suécia chegam a 44% em relação ao PIB, que faz com que se exija acesso rápido à prestação de contas dos gastos dos políticos com o dinheiro do contribuinte.

Nesse sentido, o IPC acaba sendo de grande importância para o surgimento de mecanismos de combate a corrupção, e assim tornar os países mais afetados em nações mais justas e igualitárias, pois a prática excessiva de corrupção gera uma grande concentração de renda, onde boa parte dos corruptos impunes desfruta de uma vida luxuosa e a maioria da população vive em condições precárias, trabalhando para sua própria sobrevivência e de sua família, isso quando ainda possui um emprego.

#### **4.1. - Sistema Político no Brasil**

Como em um país Republicano e democrático como o nosso, as eleições são livres. Nosso sistema de votação eletrônica é referência mundial. É certo que poucas famílias detêm o controle dos meios de comunicação no Brasil, e é mais que necessário uma regulamentação dos mesmos, mas a imprensa em geral atua de forma independente, ao menos nas principais capitais. Temos também três poderes bem divididos: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Presidente da República tem o poder de administrar o orçamento do país, podendo criar medidas provisórias com valor de Lei. Como mediadores no processo, existem ainda 513 deputados e 81 senadores que estão lá representando o povo e seus Estados. Sem a aprovação deles, no Congresso, o Executivo não faz nada. Na teoria, o sistema tem tudo para dar certo, mas na prática não é bem assim.

Vamos às urnas a cada dois anos, e no resto do tempo não participamos mais da vida política, pelo menos a maioria. Isso explica o resultado do Estudo Eleitoral Brasileiro, feito pela Unicamp, mostrando que 70% dos eleitores esqueceram em 2010 o deputado em que

votaram quatro anos antes. Resultado esse que evidencia o sentimento de falta de representatividade do eleitor perante os políticos no Congresso Nacional.

Essa falta de representatividade se dá antes mesmo do candidato eleito ser empossado no cargo, começa nas preliminares da campanha. Como para entrar na briga por uma cadeira no Congresso é preciso atravessar os obstáculos do financiamento eleitoral, poucas são as pessoas talentosas que se arriscam. E mesmo tendo superado os obstáculos, é preciso ainda lutar contra um grupo de pessoas que estão lá por motivos que não são exatamente a formação de um país melhor.

Na disputa, estão pessoas ligadas aos interesses das empreiteiras, dos banqueiros, das grandes empresas, e essa turma detêm de grande poder econômico. Ou seja, o sucesso nas eleições está diretamente ligado ao poder financeiro e não as propostas. Segundo o cientista político Barry Ames, da Universidade de Pittsburgh, o nosso sistema político dá espaço para quatro tipos de candidatos: Líderes de Entidades, Burocratas, Caciques e Pastores.

Os Líderes de Entidades (sindicatos, federação de indústrias, associações de comerciantes e conselhos de profissionais) se sobressaem em regiões metropolitanas, onde as entidades se organizam em torno dos interesses de sua categoria e lançam a candidatura dos líderes. Os Burocratas (secretários de educação, saúde, etc.) se dão bem em campanhas espalhadas pelo Estado, já que por terem ocupado cargos estratégicos no Executivo, têm uma grande exposição para a população e acabam sendo lembrados na hora da votação.

Os Caciques (membros de famílias políticas tradicionais da região) dominam o eleitorado nos municípios menores, já que uma vez no poder, eles conseguem fortalecer sua influência alimentando seu eleitorado com verbas federais. Por último, resta a possibilidade de juntar votos de pessoas que tenham algo em comum e estejam espalhados por todo Estado para eleger alguém que defenda os interesses de alguma minoria, Nesse caso, hoje em dia os Pastores de igrejas Evangélicas se organizam melhor.

Nesse frágil sistema político em que só será eleito quem já tiver poder, e onde concorrer com burocratas que tem a máquina pública a seu favor é uma missão impossível, fica evidente a falta de espaço para pessoas talentosas, que visam os interesses do cidadão comum. Dessa forma, a política deixa de ser um lugar para discussão de ideias e propostas ou para a construção de um país melhor, e serve apenas para manter as antigas e duvidosas estruturas. Dos 513 deputados federais eleitos em 2014, 223 (43,5%) corresponde a renovação

da câmara em relação a 2010. Desses 223, 25 são ex-deputados e estão voltando, e a maioria dos 198 restantes já teve mandatos de senador, governador ou deputado estadual.

#### **4.1.1. – Financiamentos de Campanha**

“Não existe doação de campanha. São empréstimos a serem cobrados posteriormente, com juros altos dos beneficiários das contribuições quando no exercício do cargo”, falou o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto da Costa em uma delação para a operação lava jato. Embora já se houvesse desconfianças, foi a partir de palavras do próprio cúmplice do esquema, a certeza de que o dinheiro das grandes empresas, que financiam muitos dos políticos que formam o governo, transforma os interesses delas em prioridade perante os interesses do povo para a ação do poder público. Ato que caracteriza claramente o crime de corrupção passiva: utilizar de cargo público a fim de obter vantagem indevida, bastando que esta obtenção seja possível ao funcionário em troca de uma conduta.

Boa parte desse dinheiro costumava vir na forma de financiamento de campanha, o que alguns analistas chamam de “corrupção legal”, ou “corrupção institucional”, aquela exercida estritamente dentro da lei. Na verdade, o financiamento empresarial das campanhas acaba com a soberania popular e distorce a vontade do eleitor, já que o fato de alguém doar recursos para campanha de determinado candidato influencia diretamente na atuação do beneficiário, caso este venha a ser eleito. Neste caso, o dinheiro do financiamento acaba configurando uma vantagem indevida, pois incentiva os beneficiários enquanto no exercício do cargo, a legislar a favor dos doadores, porque estimulam a aprovação de projetos de lei, contratos de obras ou liberação de recursos públicos de exclusivo interesse dos doadores. É justamente essa relação promíscua entre empresa e candidato que fez com que fosse aberta uma investigação para apurar a aprovação da Medida Provisória de número 613, de 2013, que concedeu benefícios tributários aos produtores de etanol e à indústria química, setor de atuação da empreiteira Odebrecht, envolvida no maior caso de corrupção do país, onde delatores afirmam que alguns deputados e senadores receberam dinheiro para trabalhar na aprovação dessa medida. Um típico exemplo de utilização do cargo público para receber vantagens indevidas.

Como geralmente o financiamento acaba configurando uma troca de favores, como aprovação de medidas provisórias ou projetos de lei que visam diminuir a carga tributária das

empresas doadoras, quem mais sofre com isso é a população mais carente, já que muitos dos recursos que deveriam ter sido pago impostos para financiar políticas públicas, não mais serão pagos, tornando a única e exclusiva favorecida pela isenção a própria empresa. Fica limitado então, os recursos que vão para saúde, para educação, para saneamento, para segurança, para políticas sociais, restando para a maioria da população, conviver com a precariedade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado.

Outro ponto em desfavor do financiamento de campanha é a injustiça no processo eleitoral, pois segundo o cientista político José Antônio Moroni, “quem decide os resultados das eleições, com raras exceções, é o poder econômico. As campanhas se tornaram grandes máquinas, grandes estruturas que mobilizam milhões, inviabilizando as campanhas feitas com poucos recursos”.

Antes de começar a eleição do voto, o candidato precisa vencer a eleição do dinheiro. Afinal, os custos de uma campanha são muito caros. A diferença entre a eleição do voto e o do dinheiro é que um único voto tem o mesmo valor, já a eleição do dinheiro é desigual, pois pessoas com mais rendimentos acabam tendo um poder de financiamento maior e acabam que influenciando o beneficiário eleito nas decisões que tomam enquanto no exercício do cargo. Como é permitido doar há quantos candidatos quiser, a maioria dos grandes financiadores diversifica suas doações. Se não quiserem especificar seu nome a um candidato específico, os mesmos doam ao comitê partidário que depois repassa o dinheiro para o candidato.

O financiamento de campanha por parte do empresário, não é um desejo do mesmo de fortalecer as instituições democráticas, é por um interesse individual no governo. Isso explica as doações do mesmo grupo a candidatos adversários. Ao que tudo indica, não existe doação ou financiamento de campanha. Na verdade, o que existe é investimento, já que após as eleições os doadores ganharão contratos para realizar obras públicas por exemplo.

Essa forma de financiamento não é exclusividade brasileira: o jurista Lawrence Lessig mostra que, nos Estados Unidos, 0,5% de super doadores de campanhas são responsáveis por mais de 60% do financiamento arrecadado nas primeiras fases da eleição, inviabilizando candidaturas de candidatos que não são bons na captação de recursos. No Brasil, algo parecido aconteceu por muito tempo. De acordo com dados da Transparência Brasil, em 2014, apenas 10 empresas foram responsáveis pelo financiamento de 70% dos deputados federais eleitos, e ainda segundo a Transparência Brasil, 7% das empresas doadoras concentraram

64% do financiamento de campanha nas eleições de 2010. Segundo o pesquisador Lawrence Lessig, o resultado disso é a paralisação de basicamente qualquer projeto de lei que ameace os interesses desses doadores.

Essa forma de financiamento favorece e aumenta a chance de sucesso dos candidatos que captam mais recursos, tornando o processo eleitoral injusto e sob a influência do poder econômico. Uma das primeiras medidas para diminuir o peso das contribuições privadas o Brasil já tomou: o financiamento privado de campanha foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por 8 votos a 3, assim como foi vetado pela então presidente Dilma Rousseff, quando sancionou parcialmente a Lei da Mini Reforma Eleitoral, aprovada pelo Congresso Nacional, que transformou o processo eleitoral de 2016, o primeiro a experimentar a proibição de doação empresarial. Só pessoas físicas podem doar e o dinheiro era limitado a 10% do rendimento bruto declarado no IR do ano anterior.

Para muitos especialistas, essa medida de limitar doações não teria força no combate a corrupção, já que se espera que o fluxo de doações/empréstimos via caixa dois possa aumentar significativamente, inviabilizando o controle por parte dos órgãos públicos reguladores. E mesmo proibindo doações de empresas, ninguém pode impedir que o próprio dono faça a doação na forma de pessoa física. Segundo Bruno Brandão da Transparência Internacional, “é preciso fortalecer e reformar os órgãos de controle, tais como os Tribunais de Contas e as controladorias, assim como o poder Judiciário”.

#### **4.1.2. – Tribunais de Contas**

O caso dos Tribunais de Contas é o exemplo de um órgão de controle que, na prática, pouco controla. Principais órgãos auxiliares do Poder Legislativo na fiscalização dos recursos públicos, os Tribunais de Contas são desenhados para não funcionar. Como dois terços dos seus conselheiros são nomeados pelo Legislativo (deputados e senadores) e um terço pelo Executivo (prefeitos e governadores), eles costumam ser indicados justamente para neutralizar o papel fiscalizatório desses órgãos, onde julgam as contas de correligionários, de parentes, de aliados e até de inimigos.

A Constituição é pouco exigente quanto à sua pré-qualificação. As exigências se restringem a aspectos formais (ter entre 35 e 70 anos de idades e dez anos de experiência

profissional correlata) e a questões de difícil verificação, como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e vagos “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”.

---

*O cargo de conselheiro de Tribunal de Contas é aquinhado com vantagens consideráveis: em geral, o salário é de R\$ 26.500, além de gratificações, auxílio-alimentação, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitaliciedade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos). No caso específico do TCU, os conselheiros são designados “ministros” e têm o mesmo status dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça.*

---

A indicação política é a regra na escolha de conselheiros, o que faz com que as votações nas Assembléias, nas Câmaras e no Congresso sejam jogos de cartas marcadas, favorecendo para a inoperância do órgão fiscalizatório. Segundo a Transparência Brasil, um levantamento realizado em 34 Tribunais de Contas em 2014 mostra que, de cada dez conselheiros, seis são ex-políticos, dois sofrem processos na Justiça ou nos próprios Tribunais de Contas e 1,5 é parente de algum político local. Os que têm ocorrências na Justiça, vários com condenações, respondem por atos como improbidade administrativa e peculato<sup>1</sup>, condições que inviabilizariam sua nomeação para o cargo de conselheiro.

O caso mais recente de ineficiência e prática do crime de corrupção no Tribunal de Contas aconteceu no Estado do Rio de Janeiro. A Operação Quinto do Ouro (referência ao quinhão que os mineradores do Brasil Colônia tinham de pagar à Coroa Portuguesa), deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, é fruto da delação do primeiro conselheiro investigado. Do total de sete conselheiros que formam o quadro do Tribunal de Contas do Estado, seis incluindo o delator foram afastados, quatro foram presos em complexo prisional e um foi posto em prisão domiciliar por fechar os olhos a negócios escusos em troca de propina.

---

<sup>1</sup> Peculato – *jur.* crime que consiste na subtração ou desvio, por abuso de confiança, de dinheiro público ou de coisa móvel apreciável, para proveito próprio ou alheio, por funcionário público que os administra ou guarda; abuso de confiança pública.

Ao invés de fiscalizar as contas do Estado e garantir a correta aplicação do dinheiro do contribuinte que é a própria população, esses conselheiros são cúmplices da prática do crime de corrupção que geralmente se dá através de obras superfaturadas (aquelas que saem mais caras que o custo e o lucro da empresa envolvida), em que tais obras rendiam aos conselheiros 1% do custo total.

A confirmação do fato de que essa forma de nomeação dos conselheiros dos Tribunais de Contas facilita a prática do crime de corrupção ao invés de combatê-la é que os cinco presos foram levados ao posto por padrinhos políticos. Prova de que nenhum poder seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário está imune a essa prática que empobrece a democracia e a sociedade.

## **5. – Sintomas da corrupção no desenvolvimento do país**

Existe uma deterioração do balanço do setor privado, ou seja, uma fragilidade que para ser resolvido o déficit público deveria ser em torno de 9%, isso para permitir exatamente que as empresas pudessem recuperar seus balanços. Porém, déficits dessa magnitude do Brasil são politicamente inviáveis, pois geram várias discussões, justamente foi esse déficit que levou a criação da PEC 241 visando congelar gastos essenciais do governo para que se possam pagar os juros da dívida pública e consequentemente diminuir essa dívida a um patamar aceitável.

Os mecanismos legais garantidos na Constituição de 1988 garantem alguns direitos básicos, direitos sociais e direitos humanos que a partir disso tem-se o aumento de gastos sociais mediante crescimento da economia e arrecadação de impostos, pois os gastos com saúde estão vinculados à receita corrente líquida onde devem ser investidos no mínimo 15% ao ano, e os gastos com educação estão vinculados a arrecadação de impostos onde devem ser investidos no mínimo 18% ao ano, ou seja, os gastos do governo têm que ter uma base e perseguir metas, como a distribuição de renda que foi gerada positivamente, a redução da pobreza extrema e elevação a classe média, a saída definitiva do país do mapa de fome da ONU, as melhorias nos indicadores de saúde, educação e emprego, a inclusão social e as melhorias na qualidade de vida mediante maior investimento em políticas públicas.

Tudo isso deve se levar em conta mediante os recursos investidos na sociedade, porém ainda existe no Brasil um déficit habitacional muito grande e pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, são esses déficits, por exemplo, que precisam do investimento da União, ou seja, da aplicação do orçamento público em medidas para que sejam sanadas, e não o congelamento dos investimentos para pagamento da dívida pública que venha agravar o problema. Não é recomendado diminuir recursos para as atividades “fins” do governo, pois à medida que a população aumenta, o cobertor tende a ficar mais curto, são as atividades secundárias como propagando do governo que devem ser diminuídas ao mínimo ou a zero para que se possa salvar a economia ao mesmo tempo em que salva a população.

É uma característica do orçamento público, entrar em déficit em períodos de recessão, ou seja, gastar mais do que se recolheu de tributos, porque a atividade econômica para, gera-se maior desemprego, o consumo cai, os lucros também e o governo acaba arrecadando menos impostos, aumentando a dívida pública.

Porém, o problema central macroeconômico do Brasil que levou a atual crise econômica não é apenas o alto nível de gasto público e sim em maior proporção pela falta de competitividade do Brasil tanto em termos internos quanto externos, onde seria preciso: uma redução da burocracia em procedimentos de exportação e licenciamentos para facilitar e agilizar a atividade econômica; a retomada do investimento em infra-estrutura, e o aumento do acesso ao crédito juntamente com a diminuição dos juros para reduzir o endividamento das famílias e empresas, transformando no aumento do consumo para impulsionar a atividade econômica e conseqüentemente a retomada do crescimento.

### **5.1. – Atual cenário político e econômico**

Com o Brasil figurando no 79<sup>a</sup> lugar dentre 177 países no ranking do Relatório da Organização de Transparências Internacionais sobre a percepção da corrupção ao redor do mundo, fica até difícil sobrar dinheiro para a realização de políticas públicas, como moradia, segurança pública, transporte público, saúde pública, educação, impedindo o país de se desenvolver economicamente, pois o crescimento econômico em si, ou seja, apenas o crescimento do PIB é insuficiente no mundo globalizado de hoje para manter a economia de um país forte e crescente por muito tempo. É necessário que esse crescimento econômico se transforme em desenvolvimento, por meio de políticas públicas, inclusão social e distribuição de renda, para que se possa fomentar a cultura e a educação que são a base para o Brasil além de ter um patrimônio natural que já possui ter também um patrimônio imaterial que são as ideias, ou seja, a capacidade das pessoas de terem ideias transformadoras que mudem a nossa forma de viver, pois não é o produto em si que gera riqueza e sim a capacidade de transformar esse produto em outro com um teor tecnológico cada vez mais avançado e conseqüentemente com maior valor agregado, para assim o país conseguir conquistar saldos mais positivos na balança comercial.

A deterioração dos termos de troca, termo usado por Raul Prebisch para explicar a teoria do subdesenvolvimento dos países periféricos, com o objetivo de demonstrar os problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos em face de sua industrialização tardia, mostra a condição de dependência econômica gerada pelas relações de troca entre países, onde a maioria das nações subdesenvolvidas não possui tecnologia suficiente para transformar as matérias-primas obtidas em seu território, em produtos industrializados, mostrando que

essa desigualdade estabelecida no mercado mundial perante a deterioração do termo de troca gera dependência econômica e até subordinação as políticas dos países ricos.

Isso nos mostra que toda a produção de um país subdesenvolvido já entra no mercado em condições deterioradas, pois, o valor atribuído internacionalmente a esses bens são considerados baixos já que possuem pouco ou nenhum valor agregado. Ou seja, é necessário uma produção imensa desses bens, e um mercado maior ainda para que se possa pagar a conta dos produtos manufaturados e industrializados importados de outros países.

O Brasil melhorou bastante em relação a suas exportações, segundo dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) a participação de produtos básicos exportados pelo Brasil em 2015 foi de 45,62% representando uma queda de 3,07% em relação ao ano anterior. Já em 2016, a participação de produtos básicos exportados foi de 42,73%, ocasionando em uma nova queda de 2,89% do total das exportações com relação a 2015.

**Tabela 9** – Exportação Brasileira por fator agregado 1997-2016.

ANO		BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		OPERAÇÕES ESPECIAIS	
		US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %
1997	52.982.725.829	14.468.630.204	27,31	8.477.607.705	16,00	29.192.671.722	55,10	843.816.198	1,59
1998	51.139.861.545	12.976.629.639	25,37	8.120.091.260	15,88	29.386.759.463	57,46	656.381.183	1,28
1999	48.012.789.947	11.827.714.439	24,63	7.981.816.621	16,62	27.331.116.461	56,92	872.142.426	1,82
2000	55.118.919.865	12.564.213.653	22,79	8.499.143.505	15,42	32.558.809.196	59,07	1.496.753.511	2,72
2001	58.286.593.021	15.349.157.173	26,33	8.243.719.500	14,14	32.957.232.261	56,54	1.736.484.087	2,98
2002	60.438.653.035	16.959.137.566	28,06	8.965.474.566	14,83	33.068.452.805	54,71	1.445.588.098	2,39
2003	73.203.222.075	21.186.280.630	28,94	10.944.949.061	14,95	39.763.702.130	54,32	1.308.290.254	1,79
2004	96.677.498.766	28.528.570.681	29,51	13.432.829.719	13,89	53.137.454.153	54,96	1.578.644.213	1,63
2005	118.529.184.899	34.723.705.048	29,30	15.962.530.677	13,47	65.360.670.060	55,14	2.482.279.114	2,09
2006	137.807.469.531	40.280.500.171	29,23	19.522.657.784	14,17	75.022.939.944	54,44	2.981.371.632	2,16
2007	160.649.072.830	51.595.634.520	32,12	21.799.871.161	13,57	83.942.894.369	52,25	3.310.672.780	2,06
2008	197.942.442.909	73.027.659.951	36,89	27.073.161.050	13,68	92.682.612.825	46,82	5.159.009.083	2,61
2009	152.994.742.805	61.957.450.140	40,50	20.499.192.345	13,40	67.349.060.428	44,02	3.189.039.892	2,08
2010	201.915.285.335	90.004.977.023	44,58	28.207.374.323	13,97	79.562.636.749	39,40	4.140.297.240	2,05
2011	256.039.574.768	122.456.858.719	47,83	36.026.477.307	14,07	92.290.867.357	36,05	5.265.371.385	2,06
2012	242.578.013.546	113.454.235.845	46,77	33.042.049.837	13,62	90.707.180.387	37,39	5.374.547.477	2,22
2013	242.033.574.720	113.023.336.257	46,70	30.525.504.105	12,61	92.945.137.539	38,40	5.539.596.819	2,29
2014	225.100.884.831	109.556.367.262	<b>48,67</b>	29.065.355.554	12,91	80.211.027.835	35,63	6.268.134.180	2,78
2015	191.134.324.584	87.188.201.254	<b>45,62</b>	26.463.342.223	13,85	72.790.648.605	38,08	4.692.132.502	2,45
2016	185.235.400.805	79.159.362.050	<b>42,73</b>	27.962.807.373	15,10	73.920.689.765	39,91	4.192.541.617	2,26

Fonte: MDIC

Porém, a quantidade de produtos industrializados importados no mesmo período subiu de 86,22% em 2014 para 88,41% em 2015 e 89,62% em 2016. No que diz respeito à deterioração dos termos de troca significativos no Brasil, a exportação de petróleo (óleo

bruto) ganha destaque, pois ainda segundo o MDIC em 2015, o petróleo (óleo bruto) foi o terceiro principal produto exportado do país correspondendo a um valor de venda de U\$\$306,67 a tonelada, e que em contra partida no mesmo ano, o óleo diesel (derivado do petróleo) foi o quinto principal produto importado pelo Brasil, sendo comprado a U\$\$567,09 a tonelada, o que proporcionalmente significa um valor de compra 84,92% maior que o petróleo (óleo bruto) vendido anteriormente. Além disso, ainda em 2015, o Brasil importou óleo bruto a um preço de U\$\$458,65 a tonelada, 49,56% mais caro que a própria mercadoria vendida.

**Tabela 10** – Importação Brasileira por fator agregado 1997-2016.

Secretaria de Comércio Exterior

**IMPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO  
USS FOB  
JANEIRO-DEZEMBRO**

ANO	TOTAL	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS	
		USS FOB	Part. %	USS FOB	Part. %	USS FOB	Part. %
1997	59.747.227.088	8.568.251.076	14,34	1.721.846.051	2,88	49.457.129.961	82,78
1998	57.763.475.974	7.372.135.112	12,76	1.709.988.208	2,96	48.681.352.654	84,28
1999	49.301.557.692	6.106.050.896	12,39	1.562.111.372	3,17	41.633.395.424	84,45
2000	55.850.663.138	7.396.166.269	13,24	2.100.479.008	3,76	46.354.017.861	83,00
2001	55.601.758.416	6.987.421.467	12,57	1.894.919.186	3,41	46.719.417.763	84,03
2002	47.242.654.199	7.200.655.024	15,24	1.683.810.370	3,56	38.358.188.805	81,19
2003	48.325.566.630	8.606.707.044	17,81	1.928.642.850	3,99	37.790.216.736	78,20
2004	62.835.615.629	12.299.299.950	19,57	2.818.911.542	4,49	47.717.404.137	75,94
2005	73.600.375.672	13.674.825.882	18,58	3.169.298.664	4,31	56.756.251.126	77,11
2006	91.350.840.805	17.163.123.998	18,79	4.305.401.491	4,71	69.882.315.316	76,50
2007	120.617.446.250	21.773.509.772	18,05	5.659.606.005	4,69	93.184.330.473	77,26
2008	172.984.767.614	31.631.127.505	18,29	8.860.067.436	5,12	132.493.572.673	76,59
2009	127.722.342.988	18.788.544.131	14,71	5.102.912.925	4,00	103.830.885.932	81,29
2010	181.768.427.438	23.891.378.856	13,14	7.103.354.464	3,91	150.773.694.118	82,95
2011	226.246.755.801	32.081.382.673	14,18	9.380.191.841	4,15	184.785.181.287	81,67
2012	223.183.476.643	29.286.118.270	13,12	9.025.985.285	4,04	184.871.373.088	82,83
2013	239.747.515.987	33.431.688.643	13,94	8.187.630.012	3,42	198.128.197.332	82,64
2014	229.154.462.583	31.573.948.401	13,78	7.815.149.881	<b>3,41</b>	189.765.364.301	<b>82,81</b>
2015	171.449.050.909	19.874.940.148	11,59	6.853.794.592	<b>4,00</b>	144.720.316.169	<b>84,41</b>
2016	137.552.002.856	14.275.774.263	10,38	5.640.158.434	<b>4,10</b>	117.636.070.159	<b>85,52</b>

Fonte: MDIC

**Tabela 11 – Exportação Brasileira / Produto por fator agregado 2015.**

Secretaria de Comércio Exterior

**EXPORTAÇÃO BRASILEIRA  
PRODUTO POR FATOR AGREGADO  
JANEIRO-DEZEMBRO**

	PERÍODO		PREÇO-MÉDIO USS/TONELADA
	2015		2015
	USS FOB	KG	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>191.134.324.584</b>	<b>637.627.058.322</b>	<b>299,76</b>
<b>A. PRODUTOS BÁSICOS</b>	<b>87.188.201.254</b>	<b>534.725.814.866</b>	<b>163,05</b>
Soja mesmo triturada	20.983.574.666	54.324.238.177	386,27
Minérios de ferro e seus concentrados	14.076.103.623	366.194.449.825	38,44
<b>Óleos brutos de petróleo</b>	<b>11.781.308.300</b>	<b>38.416.869.455</b>	<b>306,67</b>
<b>B. PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS</b>	<b>26.463.342.223</b>	<b>48.189.745.954</b>	<b>549,15</b>
Açúcar de cana, em bruto	5.901.103.830	18.927.775.232	311,77
Celulose	5.586.364.061	11.963.469.735	466,95
<b>C. PRODUTOS MANUFATURADOS</b>	<b>72.790.648.605</b>	<b>48.338.171.444</b>	<b>1.505,86</b>
Automóveis de passageiros	3.366.464.892	331.025.233	10.169,81
Aviões	4.034.020.855	3.278.925	1.230.287,63
<b>D. TRANSACÕES ESPECIAIS</b>	<b>65.097.965</b>	<b>4.857.233</b>	<b>13.402,27</b>
<b>E. CONSUMO DE BORDO</b>	<b>2.939.750.464</b>	<b>6.338.655.876</b>	<b>463,78</b>
<b>Reexportação</b>	<b>1.687.284.073</b>	<b>29.812.949</b>	<b>56.595,68</b>

Fonte: MDIC

**Tabela 12 – Importação Brasileira / Produto por fator agregado 2015.**

Secretaria de Comércio Exterior

**IMPORTAÇÃO BRASILEIRA  
PRODUTO POR FATOR AGREGADO  
JANEIRO-DEZEMBRO**

	PERÍODO		PREÇO-MÉDIO USS/TONELADA
	2015		2015
	USS FOB	KG	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>171.449.050.909</b>	<b>146.472.952.818</b>	<b>1.170,52</b>
<b>A. PRODUTOS BÁSICOS</b>	<b>19.874.940.148</b>	<b>68.012.175.465</b>	<b>292,23</b>
<b>Óleos brutos de petróleo</b>	<b>7.380.844.260</b>	<b>16.092.639.745</b>	<b>458,65</b>
Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	2.045.254.960	22.904.021.342	89,30
Trigo em grãos	1.216.465.601	5.170.436.641	235,27
<b>B. PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS</b>	<b>6.853.794.592</b>	<b>9.773.289.850</b>	<b>701,28</b>
Cloreto de potássio	2.513.959.656	7.821.588.899	321,41
Catodos de cobre e seus elementos	1.053.896.533	179.765.689	5.862,61
Borracha sintética e borracha artificial	429.541.517	202.063.270	2.125,78
<b>C. PRODUTOS MANUFATURADOS</b>	<b>144.720.316.169</b>	<b>68.687.487.503</b>	<b>2.106,94</b>
Demais produtos manufaturados	11.155.993.278	3.864.935.296	2.886,46
Medicamentos para medicina humana e veterinária	5.834.835.573	37.096.242	157.289,13
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	5.361.314.845	697.139.765	7.690,44
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	2.997.138.499	195.020.620	15.368,32
<b>Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)</b>	<b>3.556.938.418</b>	<b>6.272.297.465</b>	<b>567,09</b>

Fonte: MDIC

Tal situação poderia ter sido solucionada caso o dinheiro destinado à indústria fosse aplicado corretamente com o objetivo de construir refinarias para transformar o petróleo (óleo bruto) em produtos refinados como o próprio óleo diesel, gasolina e querosene, transformando o Brasil em um país auto-suficiente em relação a esses produtos e consequentemente aumentando a exportação de produtos com maior valor agregado, garantindo uma balança comercial cada vez mais positiva para o país.

A crise mundial deflagrada em 2008 com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers e seus títulos ligados ao mercado “subprime”, crédito imobiliário para pessoas consideradas com alto risco de inadimplência, trouxe consequências drásticas em todo o mundo, sobretudo no Brasil que viu suas exportações caírem 22,71% em 2009 com uma retração de 0,2% no PIB. Para poder enfrentar a crise global e garantir o nível de emprego e a economia crescente, o governo adotou uma política de desoneração em diversos setores da economia, da indústria automobilística à de alimentos, segundo dados da receita federal, até o fim de 2015 o governo já desonerou mais de 340 bilhões de reais, somando-se a essa quantia 100 bilhões de dólares que é a estimativa da ONU da quantidade de recursos desviados em corrupção por ano, chega-se a um valor imenso que o governo deixa de arrecadar levando à redução da receita da União.

**Tabela 13** – Balança Comercial Brasileira 1997-2016.

ANO		BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA			VARIÇÃO % RELATIVA SOBRE ANO ANTERIOR		
		EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMERCIO
Secretaria de Comércio Exterior							
EXPOTAÇÃO, IMPORTAÇÃO, SALDO E CORRENTE DE COMÉRCIO							
USS FOB							
JANEIRO-DEZEMBRO							
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259	112.729.952.917	—	—	—
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429	108.903.337.519	-3,48	-3,32	-3,39
1999	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745	97.314.347.639	-6,11	-14,65	-10,64
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273	110.969.583.003	14,80	13,28	14,03
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605	113.888.351.437	5,75	-0,45	2,63
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836	107.681.307.234	3,69	-15,03	-5,45
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445	121.528.788.705	21,12	2,29	12,86
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137	159.513.114.395	32,07	30,03	31,26
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227	192.129.560.571	22,60	17,13	20,45
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726	229.158.310.336	16,26	24,12	19,27
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580	281.266.519.080	16,58	32,04	22,74
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295	370.927.210.523	23,21	43,42	31,88
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817	280.717.085.793	-22,71	-26,17	-24,32
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897	383.683.712.773	31,98	42,32	36,68
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967	482.286.330.569	26,81	24,47	25,70
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903	465.761.490.189	-5,26	-1,35	-3,43
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733	481.781.090.707	-0,22	7,42	3,44
2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752	454.255.347.414	-7,00	-4,42	-5,71
2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675	362.583.375.493	-15,09	-25,18	-20,18
2016	185.235.400.805	137.552.002.856	47.683.397.949	322.787.403.661	-3,09	-19,77	-10,98

Fonte: MDIC

Essa crescente renúncia de grande volume de recursos desorganizou as finanças públicas e reduziu a capacidade de investimento do Estado, que se viu forçado após a reeleição da presidenta Dilma, sob o comando do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a efetuar um ajuste fiscal, elevando impostos e cortando despesas para retomar o poder de arrecadação do Estado, tentando evitar o país de perder o selo de bom pagador de suas dívidas dado pelas agências de risco de crédito.

**Tabela 14** – Estimativa de Desonerações 2010-2015.

<b>Desonerações instituídas pelos governos Lula e Dilma (2010 a 2015)</b>										
<b>em R\$ milhões</b>										
<b>Desonerações instituídas (por ano)</b>		<b>Distribuição das desonerações ao longo dos anos</b>								
		<b>Lula</b>	<b>Dilma</b>							
		<b>realizado</b>							<b>projeção</b>	
		<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>2010</b>	<b>17.577</b>	<b>2.509</b>	<b>6.332</b>	<b>1.971</b>	<b>2.221</b>	<b>2.576</b>	<b>1.968</b>			
<b>2011</b>	<b>66.388</b>		<b>3.368</b>	<b>29.398</b>	<b>12.010</b>	<b>13.065</b>	<b>8.547</b>			
<b>2012</b>	<b>142.498</b>			<b>15.413</b>	<b>47.091</b>	<b>52.181</b>	<b>27.813</b>			
<b>2013</b>	<b>96.625</b>				<b>14.593</b>	<b>32.861</b>	<b>24.687</b>	<b>24.484</b>		
<b>2014</b>	<b>132.085</b>					<b>2.550</b>	<b>38.283</b>	<b>42.061</b>	<b>49.191</b>	
<b>2015</b>	<b>46.256</b>						<b>5.412</b>	<b>10.244</b>	<b>13.244</b>	<b>17.356</b>
<b>Total por ano</b>		<b>2.509</b>	<b>9.700</b>	<b>46.782</b>	<b>75.915</b>	<b>103.233</b>	<b>106.710</b>	<b>76.789</b>	<b>62.435</b>	<b>17.356</b>
<b>Total nos anos Dilma até agora</b>					<b>342.340</b>					
<b>Total acumulado</b>		<b>2.509</b>	<b>12.209</b>	<b>58.991</b>	<b>134.906</b>	<b>238.139</b>	<b>344.849</b>	<b>421.638</b>	<b>484.073</b>	<b>501.429</b>

**Fonte:** <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/gastos-tributarios/desoneracoes-instituidas/desoneracoes-instituidas-capta>

Fonte: idg.receita.fazenda.gov.br

O grande problema foi que além da crise econômica, existia também uma crise política do ponto de vista de um enfrentamento do executivo com o legislativo mediante o rompimento do presidente da câmara (Eduardo Cunha) e da base aliada do governo que serviu como agravante da crise, pois as medidas enviadas pelo governo para serem aprovadas na câmara dos deputados e no senado, equilibrar as contas e salvar a economia como a proposta da DRU (desvinculação das receitas da união), não estavam sendo sequer discutidas, muito pelo contrário, o que estava sendo discutido foram às chamadas “pautas-bomba” que são projetos de lei como ajustes salariais como a que foi concedido aos servidores do judiciário e

que a estimativa é de um impacto de 1,5 bilhão de reais só no ano de 2016, ou o bloqueio de novas formas de arrecadação que dificulta que se poupe gastos e atinja a meta fiscal idealizado no governo como uma forma de melhorar as contas públicas.

O resultado das medidas tomadas fez com que o Brasil perdesse credibilidade e confiabilidade junto aos empresários, pois é preciso que o governo atinja certo nível de superávit primário, que é o saldo positivo de todos os gastos primários com a receita do período que irá sinalizar o pagamento da dívida pública, e isso gerou muita incerteza sobre as políticas macroeconômicas que iriam ser adotadas, e mesmo embora os fatores externos como a queda dos preços das commodities explique parte da contração da atividade econômica, os fatores domésticos como a desaceleração dos investimentos por parte dos empresários, o aumento dos juros, a crise política e o ajuste fiscal para conter pressões inflacionárias e estabilizar o crescimento da dívida pública que resultou no aumento do desemprego são os maiores responsáveis pela estagnação e retração da economia que em 2015 representou uma queda de 3,8% no PIB, a maior retração desde 1990. “O Brasil está hoje em 173<sup>a</sup> lugar no ranking de crescimento econômico das 183 nações que a agência de notícias Trading Economics monitora. E entre os 26 países cujos PIBs encolhem, o Brasil é o 19<sup>a</sup> pior colocado.”

Com o PIB em queda, o governo federal tende a arrecadar menos impostos se não for feito um ajuste fiscal para elevar a carga tributária, porém os gastos da União só aumentaram e para cobrir o rombo a saída foi pegar dinheiro emprestado a juros cada vez maiores, tornando o Brasil um dos países com os juros mais altos do mundo. “Dos 183 países que a Trading Economics monitora, 168 pagam juros menores que o do Brasil”. Esta prática, porém, tornou-se ferramenta também contra a inflação, pois quando o governo pega dinheiro emprestado automaticamente está tirando-o de circulação, diminuindo o consumo e consequentemente a pressão inflacionária.

Tabela 15 – PIB / PIB Per capita.

Indicadores Econômicos

## Produto Interno Bruto

Período	Preços correntes em R\$	Em milhões de R\$ do último ano	Variação percentual real	Preços correntes em milhões de US\$ <sup>1/</sup>	População Em mil	Per capita			
						Preços correntes R\$	Em R\$ do último ano	Variação percentual real	Preços correntes em US\$ <sup>1/</sup>
2000	1 199 092 070 940,21	4 289 348,54	4,4	655 707	173 448	6 913,25	24 729,83	...	3 780,42
2001	1 315 755 467 830,93	4 348 966,04	1,4	559 563	175 895	7 480,35	24 724,78	-0,0	3 181,23
2002	1 488 787 255 158,37	4 481 760,06	3,1	508 101	178 288	8 350,46	25 137,75	1,7	2 849,89
2003	1 717 950 396 424,49	4 532 889,28	1,1	559 465	180 627	9 511,04	25 095,30	-0,2	3 097,35
2004	1 957 751 212 962,56	4 793 982,10	5,8	669 340	182 913	10 703,18	26 209,08	4,4	3 659,33
2005	2 170 584 500 000,00	4 947 491,68	3,2	892 033	185 144	11 723,76	26 722,40	2,0	4 818,05
2006	2 409 449 940 000,00	5 143 510,75	4,0	1 107 131	187 322	12 862,61	27 458,12	2,8	5 910,31
2007	2 720 262 930 000,00	5 455 715,20	6,1	1 396 797	189 445	14 359,12	28 798,41	4,9	7 373,10
2008	3 109 803 100 000,00	5 733 639,99	5,1	1 693 147	191 514	16 237,99	29 938,49	4,0	8 840,85
2009	3 333 039 350 000,00	5 726 426,38	-0,1	1 672 625	193 528	17 222,52	29 589,65	-1,2	8 642,80
2010	3 885 847 000 000,00	6 157 524,68	7,5	2 209 751	195 488	19 877,68	31 498,22	6,5	11 303,77
2011	4 376 382 000 000,00	6 402 250,76	4,0	2 614 482	197 394	22 170,80	32 433,87	3,0	13 244,99
2012	4 814 760 000 000,00	6 525 249,27	1,9	2 463 549	199 245	24 165,02	32 749,88	1,0	12 364,42
2013	5 331 619 000 000,01	6 721 321,44	3,0	2 468 456	201 041	26 520,06	33 432,59	2,1	12 278,37
2014	5 778 953 000 000,00	6 755 193,92	0,5	2 454 846	202 783	28 498,21	33 312,43	-0,4	12 105,78
2015	6 000 570 460 099,99	6 500 573,40	-3,8	1 797 601	204 470	29 346,97	31 792,34	-4,6	8 791,52
2016	6 266 894 736 443,86	6 266 894,74	-3,6	1 799 436	206 102	30 406,77	30 406,77	-4,4	8 730,80

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central.

Tabela 16 – Carga Tributária Bruta.

Indicadores Econômicos

## Carga tributária bruta

%PIB	R\$ milhões										
	20,53%	Var.%	22,85%	Var.%	24,12%	Var.%	25,90%	Var.%	27,30%	Var.%	29,66%
Discriminação	2010	2011	2011 - 2010	2012	2012 - 2011	2013	2013 - 2012	2014	2014 - 2013	2015	2015 - 2014
<b>Total (A+B+C)</b>	<b>1264 122</b>	<b>1 462 660</b>	<b>16%</b>	<b>1 573 755</b>	<b>8%</b>	<b>1 740 419</b>	<b>11%</b>	<b>1 843 860</b>	<b>6%</b>	<b>1 928 183</b>	<b>5%</b>
<b>União (A)</b>	<b>872 603</b>	<b>1 024 429</b>	<b>17%</b>	<b>1 087 550</b>	<b>6%</b>	<b>1 200 168</b>	<b>10%</b>	<b>1 260 983</b>	<b>5%</b>	<b>1 316 190</b>	<b>4%</b>
Orçamento Fiscal	307 483	366 313	19%	380 999	4%	419 478	10%	446 594	6%	475 675	7%
Imposto de Renda	212 957	255 604	20%	265 627	4%	298 881	13%	319 539	7%	341 901	7%
Pessoa física	16 248	20 515	26%	22 499	10%	24 188	8%	25 782	7%	27 199	5%
Pessoas jurídicas	82 474	94 958	15%	92 589	-2%	109 316	18%	109 020	0%	104 910	-4%
Retido na fonte	114 235	140 131	23%	150 538	7%	165 376	10%	184 737	12%	209 793	14%
IPI	37 294	41 229	11%	42 656	3%	42 923	1%	49 202	15%	48 049	-2%
IOF	26 571	31 999	20%	31 002	-3%	29 417	-5%	29 756	1%	34 681	17%
Imposto sobre comércio exterior	21 119	26 763	27%	31 088	16%	36 974	19%	36 774	-1%	38 969	6%
ITR	485	571	18%	614	8%	764	24%	900	18%	1 105	23%
IPMF	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Taxas federais	4 838	5 667	17%	5 128	-10%	4 981	-3%	4 877	-2%	5 315	9%
Demais	4 219	4 482	6%	4 884	9%	5 538	13%	5 547	0%	5 655	2%
Orçamento da Seguridade Social	467 907	543 767	16%	583 662	7%	642 705	10%	661 755	3%	673 919	2%
Contrib. para Previdência Social	212 014	246 031	16%	273 988	11%	298 129	9%	315 184	6%	320 447	2%
Cofins	140 939	164 982	17%	175 008	6%	197 545	13%	194 696	-1%	199 876	3%
CPMF	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
CSSL	45 780	58 694	28%	55 834	-5%	61 687	10%	62 332	1%	59 147	-5%
PIS/Pasep	40 594	42 902	6%	46 486	8%	50 520	9%	51 441	2%	52 590	2%
CPSS	20 808	22 496	8%	22 854	2%	24 386	7%	26 809	10%	29 340	9%
Outras contribuições sociais	7 772	8 661	11%	9 491	10%	10 438	10%	11 293	8%	12 519	11%
Demais	97 213	114 348	18%	122 889	7%	137 985	12%	152 634	11%	166 597	9%
FGTS	64 271	74 979	17%	85 813	14%	98 045	14%	108 782	11%	118 323	9%
CIDE	8 973	10 458	17%	4 862	-54%	2 968	-39%	2 524	-15%	6 255	148%
Salário educação	11 049	13 115	19%	14 775	13%	16 561	12%	18 411	11%	19 039	3%
Sistema "S"	9 925	11 858	19%	13 557	14%	15 351	13%	16 884	10%	18 153	8%
Outros	2 995	3 938	31%	3 883	-1%	5 061	30%	6 033	19%	4 828	-20%
<b>Estados (B)</b>	<b>321 772</b>	<b>357 418</b>	<b>11%</b>	<b>395 206</b>	<b>11%</b>	<b>438 927</b>	<b>11%</b>	<b>468 319</b>	<b>7%</b>	<b>489 103</b>	<b>4%</b>
ICMS	268 117	297 419	11%	326 236	10%	363 190	11%	384 287	6%	396 513	3%
IPVA	21 367	24 112	13%	27 030	12%	29 232	8%	32 453	11%	36 257	12%
ITCD	2 518	2 768	10%	3 409	23%	4 142	22%	4 698	13%	6 469	38%
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
Previdência estadual	12 635	13 294	5%	15 551	17%	16 499	6%	19 529	18%	20 797	6%
Outros	17 135	19 825	16%	22 980	16%	25 864	13%	27 352	6%	29 067	6%
<b>Municípios (C)</b>	<b>69 747</b>	<b>80 814</b>	<b>16%</b>	<b>90 999</b>	<b>13%</b>	<b>101 324</b>	<b>11%</b>	<b>114 558</b>	<b>13%</b>	<b>122 889</b>	<b>7%</b>
ISS	32 750	38 340	17%	44 263	15%	48 301	9%	55 232	14%	58 084	5%
IPTU	17 445	19 698	13%	21 538	9%	24 389	13%	27 839	14%	30 760	10%
ITBI	6 005	7 467	24%	8 490	14%	9 983	18%	10 950	10%	11 107	1%
Taxas	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-
Previdência municipal	5 141	5 835	13%	6 496	11%	7 774	20%	8 339	7%	8 885	7%
Outros tributos	8 406	9 473	13%	10 212	8%	10 878	7%	12 198	12%	14 054	15%

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

Tabela 17 – Resultado Primário do Governo Central 2008-ago2017.

Resultado Primário do Governo Central <sup>1/</sup> - Brasil - Anual										
Discriminação	Período									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	ago/17
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>715.615,9</b>	<b>738.124,9</b>	<b>918.531,4</b>	<b>988.270,1</b>	<b>1.059.889,4</b>	<b>1.178.983,2</b>	<b>1.221.474,1</b>	<b>1.247.789,3</b>	<b>1.314.952,9</b>	<b>883.373,9</b>
<i>I.1 - Receita Administrada pela RFB</i>	466.337,0	456.139,3	531.206,0	628.894,9	647.535,1	720.193,4	739.178,0	765.137,2	819.751,9	546.841,6
<i>I.2 - Incentivos Fiscais</i>	-1,1	-54,8	-98,6	-273,9	-142,2	-51,6	-6,3	-10,6	-163,2	-17,4
<i>I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</i>	163.355,3	182.008,4	211.968,4	245.891,9	275.764,7	307.147,0	337.503,1	350.272,0	358.137,3	234.704,9
<i>I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</i>	85.924,7	100.032,0	175.455,6	113.757,1	136.731,9	151.694,4	144.799,3	132.390,8	137.226,9	101.844,8
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>127.359,0</b>	<b>119.679,1</b>	<b>133.370,3</b>	<b>163.035,7</b>	<b>171.394,4</b>	<b>181.895,0</b>	<b>198.461,5</b>	<b>204.684,3</b>	<b>226.835,3</b>	<b>154.092,7</b>
<i>II.1 FPM / FPE / IPI-EE</i>	101.880,6	97.560,6	105.744,4	130.171,8	133.911,8	143.921,4	156.823,0	165.695,2	189.849,2	123.536,9
<i>II.2 Fundos Constitucionais</i>	2.674,0	2.833,0	3.261,9	3.781,3	4.289,8	4.630,7	4.555,7	6.113,4	7.530,1	5.533,9
<i>II.3 Contribuição do Salário Educação</i>	5.172,9	5.740,1	6.533,7	7.770,7	8.787,7	9.044,1	10.800,8	12.355,1	11.685,3	8.196,0
<i>II.4 Compensações Financeiras</i>	15.795,2	12.213,1	15.480,9	18.594,3	22.614,6	23.441,1	25.151,0	18.836,9	15.240,7	15.395,2
<i>II.5 CIDE - Combustíveis</i>	1.578,9	962,4	1.775,7	2.109,7	1.117,9	57,3	116,1	448,0	1.239,3	1.254,5
<i>II.6 Demais</i>	257,4	369,9	553,7	607,8	672,6	800,3	1.014,9	1.235,7	1.290,7	356,2
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>588.256,9</b>	<b>618.445,9</b>	<b>785.161,1</b>	<b>825.234,4</b>	<b>888.495,0</b>	<b>997.088,3</b>	<b>1.023.012,6</b>	<b>1.043.105,1</b>	<b>1.088.117,6</b>	<b>729.281,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>502.574,5</b>	<b>579.009,5</b>	<b>706.388,2</b>	<b>731.710,8</b>	<b>812.632,4</b>	<b>920.094,7</b>	<b>1.040.223,3</b>	<b>1.158.700,9</b>	<b>1.249.393,2</b>	<b>815.085,7</b>
<i>IV.1 Benefícios Previdenciários</i>	199.362,0	224.876,4	254.838,6	281.438,2	316.589,5	357.003,1	394.201,2	436.090,1	507.871,3	347.977,3
<i>IV.2 Pessoal e Encargos Sociais</i>	132.396,7	153.403,6	168.404,7	181.439,5	188.394,5	205.152,9	222.375,4	238.499,0	257.871,8	185.929,3
<i>IV.3 Outras Despesas Obrigatórias</i>	56.094,4	65.977,5	82.031,5	90.233,2	102.593,5	128.607,6	154.086,2	230.825,2	199.949,6	131.122,2
<i>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</i>	114.521,3	134.752,0	201.093,5	178.599,9	205.054,9	229.331,1	269.560,4	253.286,5	283.700,4	150.057,0
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>-14.244,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>12.400,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>855,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>71.438,4</b>	<b>39.436,4</b>	<b>78.772,9</b>	<b>93.523,6</b>	<b>88.262,5</b>	<b>76.993,6</b>	<b>-17.210,6</b>	<b>-114.740,8</b>	<b>-161.275,6</b>	<b>-85.804,5</b>
<b>VII AJUSTE METODOLÓGICO<sup>2/</sup></b>	<b>1.229,2</b>	<b>1.373,1</b>	<b>1.357,9</b>	<b>1.137,9</b>	<b>1.313,8</b>	<b>858,4</b>	<b>0,0</b>	<b>3.888,4</b>	<b>3.721,9</b>	
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-1.359,6</b>	<b>1.633,7</b>	<b>-1.407,5</b>	<b>-1.626,0</b>	<b>-3.490,3</b>	<b>-2.561,3</b>	<b>-3.261,1</b>	<b>-5.803,2</b>	<b>-1.919,7</b>	
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>12/</sup></b>	<b>71.307,9</b>	<b>42.443,2</b>	<b>78.723,3</b>	<b>93.035,5</b>	<b>86.086,0</b>	<b>75.290,7</b>	<b>-20.471,7</b>	<b>-116.655,6</b>	<b>-159.473,4</b>	
<b>X. JUROS NOMINAIS<sup>3/</sup></b>	<b>-96.198,7</b>	<b>-149.806,4</b>	<b>-124.508,7</b>	<b>-180.553,1</b>	<b>-147.267,6</b>	<b>-185.845,7</b>	<b>-251.070,2</b>	<b>-397.240,4</b>	<b>-318.362,1</b>	
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>3/</sup></b>	<b>-24.890,8</b>	<b>-107.363,2</b>	<b>-45.785,5</b>	<b>-87.517,6</b>	<b>-61.181,7</b>	<b>-110.554,9</b>	<b>-271.541,9</b>	<b>-513.896,0</b>	<b>-477.835,5</b>	
Obs.: Dados sujeitos a alteração.										
n.d.: dados não disponíveis										
1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo" que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012 inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.										
2/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.										
3/ Pelo critério "abaixo-da-linha" sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.										

Fonte: Ministério da Fazenda/Tesouro Nacional

Fonte: Ministério da Fazenda Tesouro Nacional

A falta de credibilidade do governo e sua equipe econômica e a falta de investimentos em infra-estrutura que levou o país a perder competitividade tanto no ambiente interno quanto externo, fez com que os empresários diminuíssem o ritmo nos investimentos, prejudicando a arrecadação do Estado e resultando na estagnação da atividade econômica. A crise política que se intensificou no país entre o legislativo e o executivo impedindo que os projetos para combater a crise fossem votados e aprovados com a rapidez necessária, destruiu a máquina pública prejudicando todos os setores da sociedade, como o transporte, segurança, saúde, educação e principalmente a economia.

A soma das crises política e econômica afetou diretamente a confiança dos empresários e consumidores levando a uma maior contração da atividade econômica, afetando o poder de arrecadação do Estado que necessita de maiores investimentos para transformá-los em uma maior quantidade de arrecadação de impostos e uma maior insegurança em relação à dívida pública que aumentou consideravelmente justamente pelo desequilíbrio das finanças públicas que tiveram gastos maiores que a arrecadação, resultando na diminuição do acesso da população ao crédito e conseqüentemente diminuindo o consumo e prejudicando o comércio, fazendo com que as indústrias produzissem menos, dispensando trabalhadores, o que contribuiu para o aumento do desemprego no país.

Essa atual crise econômica teve como origem principalmente as atitudes internas, os políticos, as empresas privadas e os concursados da administração pública envolvidos direta ou indiretamente nos escândalos de corrupção na Petrobrás que levaram a devastação econômica e financeira da mesma, subestimaram o alcance de seus atos. Todos os atos de corrupção na Petrobrás, desde a compra da refinaria de Pasadena, passando pelos escândalos das propinas, até a ingerência com os preços dos combustíveis que foram congelados por uns anos e veio a aumentar agora tudo de uma vez gerando uma bolha inflacionária difícil de ser controlada, e até os atos de corrupção praticados em outras áreas como no setor de eletricidade, na administração pública com o loteamento de cargos, na interferência política em preços e tarifas, nos licenciamentos e na concessão seletiva de benefícios fiscais e financeiros contribuíram fortemente para a crise econômica que estamos vivenciando hoje.

## **6. – Considerações Finais**

A corrupção no Brasil se tornou algo tão corriqueiro, que a maioria dos crimes de corrupção são cometidos de forma banal e comum, sem o menor cuidado e destreza, sem ao menos levar em conta o custo-benefício do crime praticado, pois a maioria não levam em consideração o tamanho da pena. Muito pelo contrário, desconsidera até a possibilidade de ser pego, já que acreditam estar seguindo as regras do jogo.

Esse ambiente impuro acaba influenciando muitos ao seu redor, pois como alguns devem ter escolhido o caminho da política com boas intenções, ao se deparar com as regras do jogo, os mesmos acabam que optando pelos caminhos da corrupção, agravando ainda mais os problemas.

A corrupção, então, acaba se tornando um crime contagioso e viciante, já que toda a população está suscetível a cometer desvios éticos, justamente pelo simples fato do praticante do crime não sentir remorso, já que não se consegue personificar o indivíduo que está sendo lesado. A vítima, que em geral é a sociedade, está distante fisicamente, os pagamentos de propina a agentes públicos e suborno, afetam a credibilidade econômica e financeira de um país, porém, o criminoso não consegue ter uma visão clara sobre o efeito desse ato na vida cotidiana da população.

### **6.1. – Conclusão**

A corrupção é um crime que fere, não só o sentido de igualdade, mas também a justiça social, pois prejudica seriamente a economia de um país, reduz o nível de investimentos, limita o crescimento econômico, afeta o produto interno bruto (PIB) e a qualidade de vida da população, que não recebe os benefícios que deveria por aquilo que paga de impostos.

A grande intervenção estatal, aliada a burocracia, a impunidade e o crescente aumento de obras públicas, que teve o ponto alto a partir do governo JK com o Plano de Metas e perdura até os dias de hoje, são fatores que contribuem fortemente para o início de ações e práticas corruptas.

O resultado para tudo isso é a crise política, que não só gera a fragilidade do governo e põe em dúvida a credibilidade do mesmo em honrar seus compromissos, causando a queda do

nível de investimento privado, como também afeta à qualidade da democracia e a confiança da população perante os três poderes, gerando insatisfação, desemprego, recessão, uma bola de neve de efeitos negativos.

Com as melhorias nos mecanismos de fiscalização e transparência, assim como uma maior autonomia do Ministério Público e da Polícia Federal, foi possível ir a fundo e conhecer as entranhas da conduta corrupta do país. Porém, ainda é preciso fazer muito mais para começar a fazer uma mudança de cultura no país, que se o processo for bem sucedido, trará resultados positivos dentro de alguns anos. Desta forma, é imprescindível continuar aumentando e aprimorando os mecanismos de transparência no país, fazendo com que a sociedade tenha participação no controle da administração pública. As reformas política, judiciária, administrativa e tributária, devem ser feitas com amplo debate e participação da sociedade para que as mudanças sejam verdadeiramente efetivas num combate mais real e rigoroso da corrupção, que se concretizado trará esperança e solidez para o país voltar a crescer economicamente, com menos desigualdade e maior desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Cláudio Weber. "Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina." *SPECK, Bruno W. et al. Os custos da corrupção. Cadernos Adenauer* 10 (2000): 47-62.
- AMEIXEIRA, Mariana Paiva. "Economia da corrupção e crescimento económico: uma proposta de sistematização." (2013).
- AMES, Barry. "Electoral strategy under open-list proportional representation." *American Journal of Political Science* (1995): 406-433.
- AMES, Barry. *Political survival: Politicians and public policy in Latin America*. Vol. 12. Univ of California Press, 1990.
- BREI, Zani Andrade. "Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso." *Revista de Administração Pública* 30.1 (1996): 64-77.
- CAVALCANTI, Rodrigo. (2015). As raízes da corrupção. (A. Versignassi, Ed.) *Super Interessante* (346), 28-35.
- CORRUPÇÃO, R. E. L. A. T. Ó. R. I. O. "custos econômicos e propostas de combate." *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec). São Paulo* (2010).
- FILGUEIRAS, Fernando. "A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social." *Opinião Pública* 15.2 (2009): 386-421.
- FRIEDRICH, Carl J. "Corruption concepts in historical perspective." *Political corruption: Concepts and contexts* 3 (2002): 1-23.
- FRIEDRICH, Carl J. "Political pathology." *The political quarterly* 37.1 (1966): 70-85.
- FURTADO, Lucas Rocha. "As raízes da corrupção no Brasil: estudos de casos e ligações para o futuro." Fórum, 2015.
- JOHNSTON, Michael. *Political corruption and public policy in America*. Monterey: Brooks/Cole Publishing Company, 1982.
- KRUEGER, Anne O. "The political economy of the rent-seeking society." *The American economic review* 64.3 (1974): 291-303.
- MAURO, Paolo. "The effects of corruption on growth, investment, and government expenditure." (1996).
- MORONI, José Antônio. "O direito à participação no Governo Lula." *Saúde em debate* 29.71 (2005).

MOURA, Denise. (12 de junho de 2017). *Análise histórica mostra que corrupção no Brasil persiste desde o período colonial*. Acesso em 15 de outubro de 2017, disponível em [g1.globo.com/: https://g1.globo.com/educacao/noticia/analise-historica-mostra-que-corrupcao-no-brasil-persiste-desde-o-periodo-colonial.ghtml](https://g1.globo.com/educacao/noticia/analise-historica-mostra-que-corrupcao-no-brasil-persiste-desde-o-periodo-colonial.ghtml)

NETO, Giácomo Balbinotto, and Ricardo Letizia Garcia. "A percepção da corrupção e suas implicações econômicas: uma aplicação ao setor de obras rodoviárias no RS." *Ensaio FEE26* (2005): 321-352.

NYE, Joseph S. "Corruption and political development: A cost-benefit analysis." *American political science review* 61.2 (1967): 417-427.

OTTO, Hyago de Souza. (2017). *hyagootto.jusbrasil.com.br*. Acesso em 18 de novembro de 2017, disponível em [jusbrasil.com.br: https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/401478102/quais-sao-as-causas-da-corrupcao](https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/401478102/quais-sao-as-causas-da-corrupcao)

PAIVA, Natalia, and Juliana Sakai. "Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas." *http://www.excelencias.org.br/docs/tribunais\_de\_contas.pdf* (2014).

POWER, Timothy J., and Júlio Gonzalez. "Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial." *Revista de Sociologia e Política* 21 (2003).

ROSE-ACKERMAN, Susan, and Bonnie J. Palifka. *Corruption and government: Causes, consequences, and reform*. Cambridge university press, 2016.

RUBIO, Delia Ferreira. "Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados." *Novos estudos-CEBRAP* 73 (2005): 6-16.

SANTOS, Vidmila Mesquita. CORRUPÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA. Ensaio do concurso VII Prêmio ECONOTEEN de Ensaio apresentado ao Projeto ECONOTEEN Departamento de Economia da FEA-USP, como requisito parcial para obtenção de dados e reflexões sobre a corrupção e o desenvolvimento econômico. São Paulo: FEA-USP, 2013.

SILVA, Maurício. "Corrupção: tentativa de uma definição funcional." *Revista de Administração Pública* 28.1 (1994): 18-23.

SITJA-Economista, HENRIQUE Serra, and GIÁCOMO Balbinotto Neto. "CORRUPÇÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA: TEORIA E EVIDÊNCIAS."

SOUZA, Adriana Ireneo; ARAÚJO, Maria da Piedade. A relação entre corrupção e o desempenho econômico: uma revisão de literatura para o caso do Brasil. CINGEN-Conferência Internacional em Gestão de Negócios 2015 Cascavel, PR, Brasil, 16 a 18 de novembro de 2015.

TANZI, Vito. "Corruption around the world: Causes, consequences, scope, and cures." *Staff Papers* 45.4 (1998): 559-594.

TANZI, Vito. "Corruption, governmental activities, and markets." *Finance and Development* 32.4 (1995): 24.

TANZI, Vito, and Hamid Davoodi. "Corruption, public investment, and growth." *The Welfare State, Public Investment, and Growth*. Springer, Tokyo, 1998. 41-60.

*TRANSPARENCY INTERNATIONAL. INDEX PERCEPTION CORRUPTION (CPI).*

Disponível

em:

[https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016)